

ENVIOS AMLF

Boletim do Fórum de Direito Militar Africano, Edição 4

Nesta questão:

- Boas-vindas do Presidente
- Entrevista com o Coronel Marguerite MEFFAND-LOAW Epse ADELO ABANDA
- Próximo AMLF



Boas-vindas do Presidente

Bem-vindo à quarta edição do AMLF SENDS. É uma honra apresentar um ilustre colega e primeiro co-presidente da AMLF, Coronel Marguerite MEFFAND-LOAW Epse ADELO ABANDA, Vice-Diretor de Justiça Militar, Forças Armadas de Camarões.

Entrevista com o Coronel Marguerite MEFFAND-LOAW Epse ADELO ABANDA

Nesta edição, a Sra. Sandra Franzblau, Assessoria Jurídica do USAFRICOM, entrevista com a Coronel Marguerite MEFFAND-LOAW Epse ADELO ABANDA, Vice-Justiça Militar, Forças Armadas de Camarões e um primeiro Co-Presidente da AMLF.

1. Olá Coronel Marguerite MEFFAND-LOAW Epse ADELO ABANDA. Você poderia descrever sua posição atual dentro das Forças de Defesa de Camarões? Há quantos anos você está no exército?

Olá Sandra FRANZBLAU. Obrigado por me dar a oportunidade de fazer esta entrevista e responder às suas perguntas. Quanto ao número de anos passados no Exército, deve-se notar que fui alistado nas Forças de Defesa de Camarões em 29 de Maio de 1998, um total de 24 anos. Atualmente, dentro das Forças de Defesa dos Camarões, sou o Vice-Diretor da Justiça Militar e Comissário do Governo para os Tribunais de Recurso das Regiões Centro, Sul, Leste e Litoral.

Com efeito, no que respeita à 1ª parte das minhas funções, coadjuvo o meu chefe, o Director da Justiça Militar, nas missões que lhe competem, tais como: questões relativas à organização e funcionamento dos tribunais militares; acompanhamento de perto dos casos, com especial ênfase nos chamados casos denunciados pendentes nos tribunais militares; o controle da regularidade dos atos processuais pelos diversos Ministérios Públicos; capacitação para Magistrados e Registradores; a preparação de contas; acompanhar a formação profissional dos Magistrados Militares e do pessoal judicial militar, bem como a sua gestão em articulação com a Direcção dos Recursos Humanos, a Gendarmaria e o Estado-Maior; compilar arquivos de clemência e liberação condicional; Articulação com os diversos departamentos ministeriais interessados no funcionamento da Justiça Militar.

No que respeita à 2.ª parte, sou responsável pelo apoio à Acção Pública em todos os processos julgados em 1.º grau pelos tribunais militares e que tenham sido objecto de recurso. Este é basicamente um resumo da descrição do cargo que ocupo, sem esquecer o aspecto relativo à representação quando meu chefe não pode comparecer.

2. Quais são suas principais tarefas agora?

Como Vice-Diretor da Justiça Militar, temos 2 tipos de tarefas: Estas são, por um lado, tarefas administrativas e, por outro, tarefas de perícia, em especial de audiências; consultas verticais e horizontais. Veja a descrição acima.

3. Você sempre trabalhou na área jurídica ou também foi militar?

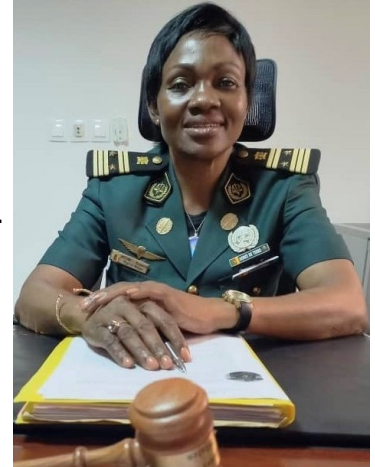
Aliás, sempre trabalhei na área jurídica. Em outras palavras, deixando a Escola Militar Conjunta (EMIA) em 27 de Outubro de 2000, fui designado para a Diretoria de Justiça Militar.

Eu tenho um mestrado em Direito Privado de língua francesa. Fui admitido em 2003 no vestibular da Escola Nacional de Administração e Magistratura (ENAM) e, após dois anos de formação, tornei-me Magistrado. Ao final, retornei à Diretoria de Justiça Militar.

Continuação da entrevista com o Coronel MEFFAND-LOAW Epse ADELO ABANDA

Neste contexto, vivi um percurso normal cujas etapas se repartem da seguinte forma: Adjunto do Comissário do Governo no Tribunal Militar de Yaoundé, Juiz de Instrução no mesmo Tribunal, Comissário do Governo no Tribunal Militar de Bertoua, Juiz e Vice-Presidente do Tribunal Militar de Yaoundé, Presidente do Tribunal Militar de Bertoua.

Na sequência de uma chamada da Organização das Nações Unidas (ONU) em nome dos magistrados, fui enviado para a Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) para a Seção de Apoio à Justiça. Enquanto estive lá, fui nomeado Líder de Equipe da Célula de Apoio à Acusação de Goma. É desde o meu regresso desta missão que ocupo o cargo de Diretor Adjunto da Justiça Militar. Em conclusão, é preciso dizer que sempre atuei como Advogado.



4. Você foi destacado em operações de manutenção da paz. Você poderia descrever quais foram suas principais responsabilidades para esta implantação?

De fato, fui destacado para a MONUSCO como Especialista dentro da missão, especificamente como Conselheiro de Ministério Público na Seção de Apoio à Justiça. Em relação a esta qualidade dentro da Unidade de Apoio à Procuradoria (CAP), minha missão foi fornecer aos parceiros da Justiça Militar congoleza apoio técnico nas investigações, organização e repressão dos autores de crimes, violações graves dos Direitos Humanos, conforme previsto no Estatuto de Roma; o acompanhamento de audiências ordinárias e móveis. Tratava-se de dar suporte técnico aos nossos parceiros antes e durante as investigações, inclusive durante as audiências ordinárias e móveis; sem esquecer a organização de seminários de formação para magistrados e funcionários militares congolezes.

5. O que você achou particularmente interessante ou difícil durante sua implantação?

Durante os dois anos e 6 meses passados com a MONUSCO, apreciei particularmente o sentido de liderança, resiliência no trabalho, mistura multicultural e gestão de stress.

No entanto, os últimos meses da minha missão foram muito difíceis com a experiência devastadora da erupção vulcânica que ocorreu em Maio de 2021 quando estava a 80 km de Goma para uma audiência móvel. A missão foi difícil porque tivemos que nos adaptar aos caprichos. Por exemplo, longe de imaginar este desastre natural antes de minha partida da cidade de Goma, deixei todos os meus documentos de viagem (passaporte, carteira de vacinação e cartões de crédito). Foi durante esses tempos difíceis que integrei totalmente as regras e instruções de pré-implantação. O não cumprimento destes pode levar a consequências que você assume individualmente.

6. Se você pudesse aconselhar um jovem consultor jurídico militar que se prepara para apoiar uma operação de paz, qual seria?

O jovem Assessor Jurídico Militar que se prepara para um desdobramento em apoio a uma Operação de Paz deve ter perfeito conhecimento e domínio dos textos legais que regem sua missão. Estes textos definem o quadro jurídico do trabalho. O Assessor Jurídico Militar deve sempre se fazer a pergunta de saber: "O que dizem os textos?" A resposta lhes permitirá compreender melhor o campo de ação. Para isso, eles terão que ser curiosos, abertos, imparciais e ter o carisma necessário para passar um melhor parecer técnico jurídico ao Comandante da Força, que na maioria das vezes é superior ao do assessor jurídico. Além disso, eles devem estar prontos para trabalhar sob pressão em um ambiente particularmente estressante que, apesar de tudo, exige que as decisões legais corretas sejam tomadas.

7. Foi o primeiro co-presidente do Fórum de Direito Militar Africano (AMLF), juntamente com os co-presidentes BG Dan Kuwali das Forças de Defesa do Malawi e o Tenente-Coronel Désiré Hakorimana das Forças de Defesa do Burundi. O que você espera que outros profissionais do direito militar possam aprender com a AMLF?

O que esperamos que outros profissionais do direito aprendam com a AMLF é a capitalização de seus

Continuação da entrevista com o Coronel MEFFAND-LOAW Epse ADELO ABANDA

conhecimento abundante; a apropriação de experiências em questões transversais como a luta contra o terrorismo, a criminalidade transfronteiriça, a cibercriminalidade e a adoção de boas práticas, etc.

8. Existe uma área da sua prática profissional que você considera particularmente difícil?

Gerenciar recursos humanos em um ambiente especializado como o nosso nem sempre é fácil. Com efeito, conciliar o estatuto de soldado e o de magistrado ou escrivão nem sempre é fácil, por vezes rende-se à especialidade escolhida. No entanto, deve-se sempre ter em mente que somos antes de tudo soldados antes de ser especialistas neste ou naquele campo e, portanto, propensos a trabalhar também no treinamento operacional. A melhor gestão desta dualidade permite uma integração perfeita tanto quando se é chamado a exercer numa formação operacional como numa estrutura especializada (como mordomia, judiciário, medicina, etc.). De qualquer forma, você precisa saber atirar todas as flechas que carrega em sua aljava.

9. Você está envolvido em treinamento ou educação? em caso afirmativo, em que áreas e com que instituições?

Sim, estou envolvido no treinamento de militares em geral e da Justiça Militar em particular. Trata-se da formação de confrades admitidos nos diversos cursos, tais como: o Curso de Escrivão do Centro de Formação de Especialistas das Forças Armadas (CISA), o Curso de Comandante de Unidade na Escola Militar Conjunta, o Certificado de Estado-Maior do Colégio do Estado-Maior, sobre Justiça Militar; nacionalmente.

Especificamente a nível internacional, por exemplo, fui convidado em dezembro de 2017 como magistrado militar, pelo Inter Regional Maritime Security Institute (ISMI) em Abidjan (Costa do Marfim), como painelistas para partilhar a minha experiência sobre o tema: a repressão do Terrorismo no Golfo da Guiné.

10. Se você pudesse dar algum conselho ao seu filho, inclusive a mim, sobre trabalhar nas forças armadas, qual seria?

O jovem a quem eu daria conselhos sobre o trabalho no Exército é dizer-lhes que é preciso gostar da profissão militar; posteriormente sabendo que este trabalho é exigente; não pertencemos mais a nós mesmos, mas à nação à qual escolhemos servir com honra e fidelidade, às vezes até o supremo sacrifício.

Além disso, deve-se ter em mente que o primeiro requisito desta profissão é a disciplina, a principal força dos exércitos sem a qual nada é possível. Finalmente, a profissão das armas exige total lealdade, abnegação, coragem, senso de honra e devoção ao país. O soldado, em todos os momentos, em todos os lugares e em todas as circunstâncias, deve demonstrar as qualidades morais, físicas, intelectuais e profissionais adquiridas durante sua formação; essenciais para o cumprimento de sua missão.

O exército não evolui no vácuo, também terá que se tornar plenamente consciente das mudanças no mundo em que evolui. É por isso que, tendo em conta as suas missões soberanas, terão de se profissionalizar, adaptar e integrar todas as contingências e constrangimentos com que se deparam.

Em breve!

- A próxima reunião plenária da AMLF em Gaborone, Botswana 8-10 de Agosto de 2022.
- A nova Rede Jurídica Profissional Militar Africana das Mulheres se reunirá em Gaborone, Botswana, em 6 de Agosto de 2022.
- Convites enviados através das Embaixadas dos EUA em toda a África. Estamos ansiosos para vê-lo lá!